

A HISTORIOGRAFIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XX OLHANDO O BRASIL...¹

LUÍS REIS TORGAL²

O Brasil no horizonte do curso de História dos anos sessenta

Quando frequentei a cadeira de História do Brasil no ano de 1963 tive uma sensação de alargamento do meu ainda estreito horizonte historiográfico, que jamais pude esquecer. Era docente dessa disciplina, criada pela reforma de 1957, em que me integrei, um professor de História da Literatura, que pude anos mais tarde ainda visitar em Porto Alegre, Guilhermino César³. No pouco tempo que tinha para nos ensinar, dado que essa cadeira era apenas semestral, numa altura em que as disciplinas eram geralmente anuais, deu-nos uma visão sintética (no sentido nobre e preciso do termo) da História do Brasil, ficando nós a compreender a sua unidade e diversidade, que vai desde a terra gaúcha do Rio

¹ Esta comunicação tem um sentido de síntese introspectiva, ou de ego-história, devendo ser consultados, para que melhor se entenda o seu sentido, os últimos textos apresentados pelo autor no âmbito desta área, ou seja, “History. What History? The struggle for history as a «science»”, publicado no *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol. 11, n.1, 2012, pp. 41-54, e “O Estado Novo na historiografia. Uma perspectiva crítica”, in *“Historiografia e Memória”*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 213-247.

² Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenador de Investigação no grupo “História e Memória” do CEIS20.

³ Entre alguns livros que nos deixou, refiro aquele que diz respeito a Portugal: *Historiadores e críticos do Romantismo. A contribuição europeia: Crítica e História Literária*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1978.

Grande do Sul até às florestas do Amazonas, bem como a variedade da sua interpretação historiográfica e sociológica.

Assim, conheci Euclides da Cunha e Gilberto Freire, neste caso não apenas dos livros, mas pessoalmente, pois assisti a uma conferência por ele proferida numa tarde quente de um Verão dos anos sessenta, a tradicional história concisa do integralista Hélio Viana, espécie de “manual” que se publicou até ao presente⁴, como a extensa e pouco interpretativa história de Pedro Calmon⁵ (que ainda vim a convidar para escrever um artigo na *Revista de História das Ideias* dedicada ao Pombalismo), como a estruturalista *História Geral da Civilização Brasileira*, em onze volumes, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (1960)⁶, elaborada tendo como modelo a *Histoire Générale des Civilisations*, de Maurice Crouzet, que foi redactor-chefe da *Revue Historique*, bem como os livros de inspiração marxista de Caio Prado Júnior⁷.

Para nós, a quem a generalidade das cadeiras de História era pouco sensível a uma interpretação poliédrica, a cadeira de História do Brasil era, com efeito, uma janela aberta. Não quero dizer que algumas disciplinas não seguissem uma bibliografia actualizada, como, por estranho que pareça, a disciplina de História da Idade Média, ministrada (quando vinha às aulas, o que sucedia poucas vezes) por Torquato de Sousa Soares, um professor de ideologia ultra-conservadora, mas sobretudo as disciplinas de História da Cultura (em especial a de Cultura Clássica, de Maria Helena Rocha Pereira, e a de Cultura Moderna, leccionada por J. S. da Silva Dias). O ensino de Guilhermino César, como o de Sílvio de Lima em Teoria da História e o didactismo filosófico de Miranda Barbosa (apesar da sua assumida postura de direita, era um notável pedagogo) na cadeira de Introdução à Filosofia, as mencionadas unidades escolares de

⁴ Hélio Viana, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos. A 1.ª edição é de 1945, sucedendo-se várias edições actualizadas, mesmo depois da sua morte, em 1972.

⁵ *História do Brasil*, 7 vols., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1963.

⁶ Ver sobre esta obra a entrevista de Boris Fausto, “Organizando a História Geral da Civilização Brasileira”, in *Estudos Históricos*. n.º 1. *Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1988, pp. 162-166.

⁷ Nomeadamente a *História Económica do Brasil*, Rio de Janeiro, Editôra Brasiliense, 1962.

História da Cultura (Ferreira Gomes foi o meu professor de emergência e de improviso de História da Cultura Medieval, mas devo-lhe as suas reflexões questionadoras fora do currículo académico), as disciplinas de opção que escolhi de História da Filosofia (sobretudo a leccionada por Miguel Baptista Pereira, a quem intelectualmente tanto devo) e o seminário de Silva Dias traziam uma baforada de ar fresco. Só essas unidades de ensino fizeram que não me tivesse arrependido de ter escolhido o curso de História, para que me levara o ensino notável de Alberto Martins de Carvalho, professor do então Liceu D. João III de Coimbra (agora Escola Secundária José Falcão).

É verdade que ouvíamos falar dos *Annales* e do marxismo (o americano de origem cubana Juan Clemente Zamora, com o seu livro *O Processo Histórico*, era citado por Sílvio Lima) e que os ensaios de António Sérgio nos davam uma outra visão da História de Portugal, por exemplo, com a sua polémica sobre o Seiscentismo, e que Vitorino Magalhães Godinho nos apresentava uma outra perspectiva da história dos Descobrimentos⁸ (Jaime Cortesão também). Todavia,... quase era proibido falar deles nas cadeiras que íamos tendo.

O mesmo se passara com o que costume chamar a “nova historiografia da oposição” virada para a História Contemporânea – José Tengarrinha, Augusto da Costa Dias, Victor de Sá, Joel Serrão. Talvez Serrão fosse o único “permitido”, pois o seu *Dicionário de História de Portugal*, publicado a partir de 1963, tinha o cuidado de se ter aberto a historiadores de todas as correntes ideológicas e das várias escolas. Só Silva Dias e o seu seminário do fim de curso nos apontou para uma visão problematizadora da História Contemporânea. Daí surgiu a minha tese de doutoramento, sobre José da Gama e Castro, que, apesar de tradicionalista e contra-revolucionário, me acabou por dar, por oposição, uma visão aprofundada do liberalismo⁹. Só por isso vim para a Universidade,

⁸ *Os Descobrimentos e a economia mundial*, 2 vols., Lisboa, Arcádia, 1963.

⁹ A tese de licenciatura foi apresentada e defendida em 1966. Com base nela vim a publicar mais tarde o livro *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973.

como assistente de Silva Dias (depois de ter estado dois anos na Guiné), em Março de 1970, embora tivesse ainda projectado uma estadia em Angola, nunca concretizada, no departamento de Humanidades que funcionava em Sá da Bandeira (actual Lubango), onde publiquei o meu primeiro artigo¹⁰.

Mas a historiografia brasileira atraiu-me sempre como uma marca indelével dos meus tempos de estudante.

As relações da historiografia e da política portuguesas com o Brasil em tempo de “nacionalismos”

São velhas, no século XX, e no século XIX, as relações entre a historiografia brasileira e a historiografia portuguesa. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, que procurava realizar um projecto de “história nacional”, cuja definição foi primeiro esboçada por Francisco Adolfo Varnhagen¹¹, tinha relações com Portugal, e Capistrano de Abreu carteava-se com os nossos historiadores, nomeadamente com João Lúcio de Azevedo¹².

Recordemos que existia, também em Portugal, um fundo nacionalista na nossa historiografia do tempo da Monarquia constitucional e da República. Através, por vezes, de intelectuais defensores de ideologias tradicionalistas ou de concepções de nacionalismo (geralmente de direita), estabeleciam-se constantes ligações com o Brasil. Lembre-se, a este propósito, as relações da revista *Nação Portuguesa*, dos integralistas lusitanos, da *Revista de História* (1912-1927), ligada à Sociedade

¹⁰ «José da Gama e Castro. Incidência económica do seu pensamento político», in *Estudos de Humanidades*, vol. I, Sá da Bandeira, 1970, pp. 193-251.

¹¹ Ver Manoel Luís Salgado Guimarães, “Nação e Civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projecto de uma história nacional”, in *Estudos Históricos*. n.º 1, pp. 5-27.

¹² *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2.ª edição, vol. II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Ver “A João Lúcio de Azevedo — 1916-1927”, pp. 9-385.

Portuguesa de Estudos Históricos (primeiro sintomaticamente chamada Sociedade Nacional de História), promovida por Fidelino Figueiredo, e até, noutro contexto, de *Lusitânia*, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Também é certo que Luís de Montalvor, que esteve secretário de Bernardino Machado no Rio de Janeiro (1912-1915), quando era ali ministro plenipotenciário, e que tinha criado contactos editoriais com o Brasil (foi, com Ronald de Carvalho, director da revista modernista *Orpheu*), haveria de ser o editor, nos anos trinta, da *História do Regimen Republicano em Portugal*¹³, obra essencialmente ideológica (mas com a colaboração de significativos historiadores republicanos, como Jaime Cortesão e Joaquim de Carvalho), defensora dos ideais liberais e nacionais da República, que estavam então a ser postos em causa, sobretudo com a Ditadura, saída da “Revolução Nacional” de 28 de Maio de 1926, que abriu as portas ao Estado Novo.

António José de Almeida, por sua vez, foi, em Setembro de 1922, o primeiro estadista português a visitar o Brasil, mas, embora se fizesse acompanhar de alguns intelectuais (como o pedagogo João de Barros), a sua viagem teve mais um sentido de republicanismo nacionalista de tipo político do que propriamente de cariz cultural. No entanto, para celebrar a independência, Carlos Malheiro Dias, um monárquico exilado no Brasil, coordenou a partir dali a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*¹⁴. Mais uma vez estamos perante uma realização em que convergiram historiadores e intelectuais de diversas tendências e formações — para além do director Carlos Malheiro Dias, Luciano Pereira da Silva, Jaime Cortesão, Duarte Leite, Júlio Dantas, Henrique Lopes de Mendonça, António Baião, F. M. Esteves Pereira, Jordão de Freitas, Paulo Merêa, Pedro de Azevedo, Oliveira Lima. Todos eles, para além de outros, se juntaram numa empresa de cariz nacionalista.

¹³ *História do Regimen Republicano em Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1930. Curiosamente, a capa dos fascículos da obra (foi assim vendida, antes de ter uma existência completa) era da autoria do arquitecto germanófilo Cottinelli Telmo.

¹⁴ Carlos Malheiro Dias (director e coordenador) e Roque Gameiro (direcção artística), *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 3 vols., 1921-1923.

A Faculdade de Letras do Porto, fundada em 1919 por Leonardo Coimbra, procurou dar uma nova dimensão aos estudos de humanidades, incluindo de História. Mas foi extinta cerca de dez anos depois, ficando a marcar sua memória Damião Peres, que passou para Coimbra e que foi o director da *História de Portugal* dita “de Barcelos” (1928-1937, com mais um volume, dedicado à República, em 1954, e outro, dedicado ao Estado Novo, em 1981, de Franco Nogueira), marco incontornável da historiografia portuguesa, que teve a colaboração de outros historiadores ligados ao Porto, como Newton de Macedo ou Ângelo Ribeiro, mas também a Lisboa, como David Lopes, ou a Coimbra, como Paulo Merêa ou Joaquim de Carvalho, grande investigador de História da Filosofia e da Cultura, como o foi, no Porto e depois em Lisboa, mais na sua ligação à literatura, Hernâni Cidade. Personalidade importante de “erudita” foi Carolina Michaëlis de Vasconcelos, docente em Coimbra, mas também ligada ao Porto, a primeira mulher que foi professora numa universidade portuguesa¹⁵.

A *Revista da Universidade de Coimbra* dedicou-lhe o volume XI (1933). Nele colaboraram com artigos, essencialmente no campo das humanidades, vários professores ligados à Faculdade de Letras de Coimbra ainda de diversas tendências, hispanistas e alguns brasileiros, como Afrânio Peixoto, Capistrano de Abreu e Rocha Pombo.

Nessa altura, porém, iniciava-se o Estado Novo de Salazar e as relações de Portugal com o Brasil, no domínio da historiografia, como noutras áreas culturais, estruturava-se essencialmente na base de relações integralistas ou neo-integralistas e do nacionalismo de direita do regime. Acima de tudo, isso é evidente por altura do Estado Novo brasileiro de Getúlio Vargas, altura em que o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro (que, como intelectual modernista, sempre percorrera o Brasil em digressões culturais, assim como publicara as suas obras em edições duplas, para Portugal e para o Brasil), celebrou, em 4 de Setembro de 1941, no palácio do Catete,

¹⁵ Maria Manuela Gouveia Delille, *Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925). Uma Alemã, Mulher e Erudita, em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985.

com Lourival Fontes, dirigente do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), perante o próprio presidente, um acordo cultural luso-brasileiro¹⁶.

O ponto fundamental desse acordo confirmou-se na publicação da revista *Atlântico*, que iniciou a sua publicação em 23 de Maio de 1942, onde colaboraram intelectuais das mais variadas ideologias, como, por exemplo, Aquilino Ribeiro e Graciliano Ramos, Afrânio Peixoto e o cineasta do regime salazarista António Lopes Ribeiro. Um pouco antes, mesmo antes de se extinguir o *Boletim do Instituto Alemão* (1943), da Faculdade de Letras de Coimbra, que no seu final teve uma orientação pró-nazi, surgia ali, em 1942, o primeiro número da revista *Brasília* (que resultava da fundação da Sala Brasil). Por sua vez, se o prémio “Camões”, concedido a obras estrangeiras sobre Portugal, não foi atribuído a nenhum brasileiro, o prémio de história “Alexandre Herculano” premiou por vezes obras sobre temática brasileira, como a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do jesuíta Padre Serafim Leite (1938), ou *Sertões e fronteiras do Brasil*, de Amadeu Cunha (1945). Por outro lado, algumas teses e obras de pesquisa versavam questões relacionadas com o Brasil, como as obras de Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os limites meridionais do Brasil* (1957) e *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha* (1973)¹⁷. Entretanto, alguns historiadores brasileiros dedicavam-se também à história de Portugal, já em perspectivas abertas por novos historiadores portugueses, como é o caso de Oliveira França e o seu estudo sobre a Restauração¹⁸ e, em Coimbra, publicava-se nos anos sessenta um es-

¹⁶ Cfr. António Ferro, *Estados Unidos da Saudade*, Lisboa, Edições SNI, 1949. Ver a obra de Heloísa Paulo, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994, e, da mesma autora, “*Aqui também é Portugal*”. *A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000.

¹⁷ *A Diplomacia Portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1957, e *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1973.

¹⁸ Eduardo d’Oliveira França, *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, 1951.

tudo de história económica, por parte de um historiador que tanto se dedicou à história de Portugal como do Brasil, Manuel Nunes Dias¹⁹.

A relação institucional entre historiadores de Portugal e do Brasil era de tal ordem que, para além da Universidade de Coimbra ter doutorado *honoris causa* Afrânio Peixoto (1937), que era médico mas também historiador, e Pedro Calmon (1952), então reitor da Universidade do Rio de Janeiro, a recém-criada, em 1936 (decreto-lei n.º. 26.611, de 19 de Maio de 1936), Academia Portuguesa da História, com o seu projecto nacionalista e religioso, concedia, pelos próprios Estatutos (artigo 7.º), dez cadeiras a historiadores brasileiros. Com efeito, por portaria de 30 de Dezembro de 1937, foram nomeados alguns académicos do Brasil, como Afonso Celso, o conhecido autor da obra *Porque me ufano do meu País*, Afonso d'Escragnole Taunay, que, para além de uma obra extensa sobre o Brasil colonial, nomeadamente paulista, com um sentido de «História heróica», foi o autor de um dos manuais escolares mais usados durante várias décadas, Oliveira Viana, Afrânio Peixoto e Pedro Calmon, já várias vezes referidos, conhecidos pela sua historiografia tradicional e pelas manifestações de apoio a Portugal e ao regime de Salazar.

¹⁹ *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549. Contribuição para o estudo das origens do Capitalismo Moderno*, 2 volumes, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1963. Daqui se conclui que, apesar de tudo e ao contrário do que se possa pensar, a temática da história económica não estava de todo afastada do ensino e da investigação nas Faculdades de Letras, como, de resto, se pode ver pela obra de Virgínia Rau e de Jorge Borges de Macedo, na Faculdade de Letras de Lisboa, bem como pelo curso de história económica organizado por Torquato de Sousa Soares na Faculdade de Letras de Coimbra, na segunda metade da década de quarenta, que teve a colaboração de Charles Verlinden, professor da Universidade de Gand, e Yves Renouard, ambos na lógica da história económica “clássica” (ver João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995, pp. 58-61). A obra de Manuel Nunes Dias já tem outra dimensão epistemológica. De resto, participou com outros historiadores brasileiros, alguns com uma formação marxista (como Fernando Novais e Boris Fausto), numa obra publicada em São Paulo no final dos anos sessenta, intitulada *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

O 25 de Abril de 1974, a interrupção e o reatamento de relações com o Brasil

Pertenço a uma geração que despertou intelectual e politicamente nos anos sessenta e que se dedicou à história contemporânea pela mão de José Sebastião da Silva Dias. Foi o começo de um processo que se foi paulatinamente integrando na Universidade, em especial já depois dos anos setenta, altura em que se iniciou a publicação de obras que constituíram teses de licenciatura, dedicadas ao liberalismo e à contra-revolução antiliberal. Só fora da Universidade havia até então estudos nessa área, na chamada “historiografia de oposição” (já citada), por vezes de emigrados e exilados, que tiveram sobretudo a França como ponto de apoio. Daí o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, em 1991, de Albert Silbert, que se dedicou ao liberalismo português e orientou e influenciou muitos dos nossos investigadores. A historiografia sobre o Estado Novo virá depois, nas vésperas do 25 de Abril, mas sobretudo após este momento revolucionário da história portuguesa.

O marxismo e a “história nova” apareciam, por outro lado, como os modelos, por vezes modelos estereotipados, onde se afirmava o império da história económica e o quantitativismo, se bem que Vitorino Magalhães Godinho, que foi o mentor inicial deste movimento, se mantivesse avesso a qualquer integração em “escolas”. Entretanto, o Brasil passava pela noite da ditadura militar, que se estendeu desde 1964 a 1985, embora a abertura se verificasse já desde 1974. Fernando Novais e Francisco Falcon serão dos primeiros historiadores de história económica e de história político-cultural a interessar-se por Portugal e pelo reatamento das relações da historiografia brasileira e da historiografia portuguesa, ao passo que a portuguesa-brasileira Maria Beatriz Nizza da Silva se dedicava no Brasil a difundir a história portuguesa, sobretudo na área do liberalismo, como depois veio em Portugal a difundir a história do Brasil.

Em Junho 1984, participei no colóquio «O século XVIII e o Brasil», realizado em Brasília (Brasil), como representante do então chamado Instituto de Cultura e Língua Portuguesas (ICALP). Por essa altura ainda me dedicava como investigador à história moderna, nomeadamente aos

séculos XVII e XVIII, no contexto das celebrações do centenário da morte do Marquês de Pombal, que desde 1982 gerou um movimento alargado de relações internacionais, em que participei, o qual promoveu números temáticos de revistas e colóquios. Seguiram-se em 1987 os colóquios sobre a Inquisição, realizados em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Lisboa. E, em 1989, anos anteriores e anos seguintes, houve vários colóquios sobre a Revolução Francesa, realizados em vários países, onde participaram historiadores portugueses e brasileiros. Por essa mesma altura fiz várias conferências no Brasil em que falava da historiografia portuguesa e do ensino da História. Daí que me tivesse sido solicitado que, em Setembro de 1991, apresentasse, no Institut Georg-Eckert em Braunschweig (Alemanha), a comunicação: «*La Révolution enseignée au Portugal et au Brésil — une étude comparative*», no contexto de um colóquio internacional dedicado ao tema «*La Révolution Française enseignée dans le Monde*»²⁰.

Finalmente, no contexto da história moderna e depois da história contemporânea, estabeleciam-se relações entre Portugal e o Brasil. Nomeadamente investigadores brasileiros faziam os seus doutoramentos em Portugal e não, como até aí, apenas em França ou noutro país da Europa, ou nos Estados Unidos. Foi o caso de Geraldo Mártires Coelho, da Universidade Federal do Pará (Brasil), na Universidade Nova de Lisboa, em 1986, sobre *O Vintismo no Grão-Pará: relações entre imprensa e poder (1820-1823)*, orientada por Joel Serrão. Se era possível criar cátedras ou salas na Universidade de São Paulo que tinham como patronos investigadores portugueses, como sucedeu com Joaquim Barradas de Carvalho²¹ — que estabeleceu contactos com historiadores brasileiros e teve grande

²⁰ «*La Révolution Française enseignée au Portugal et au Brésil — une étude comparative*», in *Bilder einer Revolution Images d'une Révolution Images of a Revolution*, Frankfurt/Main-Paris, 1994, pp. 579-588. Versão espanhola: «*La enseñanza de la Revolución Francesa en Portugal y en Brasil: Un estudio comparado*», in *Studia Historica, Historia Contemporânea*, vol. X-XI, 1992-1993, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 91-99.

²¹ Ver Carlos Guilherme Mota, “Joaquim Barradas de Carvalho” (Perfis de Mestres), in *Estudos Avançados*, USP, vol. 8, n.º 22, Setembro – Dezembro 1984, e José Jobson Arruda, “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos”, in *A missão portuguesa. Rotas entrecruzadas*, Edição EDUSC – UNESP, 2003.

influência na USP — e Jaime Cortesão, exilado durante largos anos no Brasil, infelizmente, porém, era mais difícil levar a efeito projectos de investigação continuados e com resultados palpáveis. Assim sucedeu com a História da História, para não falar já da tentativa falhada de criar um programa de pesquisa em História da Universidade, no contexto do sétimo centenário da Universidade portuguesa (1990), que fez vir a Portugal alguns colegas brasileiros interessados sobretudo em estudos do século XVIII e nas “Luzes”²². Na verdade, se a teoria da História interessou mais à historiografia brasileira do que à portuguesa, o certo é que um projecto de História da História em Portugal e no Brasil não se concretizou senão apenas no caso português²³, embora já houvesse alguns estudos histórico-interpretativos de síntese sobre a visão no Brasil acerca da historiografia portuguesa contemporânea²⁴. Por outro lado, só agora parece vir ao de cima, de novo, um projecto de História da Universidade, de Portugal e do Brasil, num programa de pós-doutoramento que está a ser desenvolvido no CEIS20 por Ângelo Brigatto Ésther, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Se o trabalho de arquivo do chamado “Projecto Resgate” tendente a reunir a documentação existente em Portugal do Brasil Colónia foi um dos projectos mais interessantes levados a cabo, já o bem intencionado congresso “Projecto Resgate e Agenda do Milénio”, realizado em São Paulo (Brasil) em Setembro de 2000, que pretendia criar um plano de investigação dos dois países no domínio da História para o século XXI, não trouxe até agora resultados positivos, para além da publicação das suas actas²⁵ ou pouco mais. O mesmo se pode dizer, num contexto

²² *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*. Actas do congresso «História da Universidade» (no 7.º. Centenário da Fundação da Universidade de Coimbra), 5 vols., Coimbra, 1991.

²³ Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal, Séculos XIX e XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996 (2.ª edição académica em 2 volumes: Lisboa, Temas e Debates, 1998).

²⁴ Francisco Falcon, “Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo”, in *Estudos Históricos*, n.º 1, *Caminhos da historiografia*, Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1888, pp. 79-99.

²⁵ José Jobson Arruda e Luís Adão da Fonseca, *Brasil - Portugal: História, agenda para o milénio*, Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

cultural e científico mais amplo, com a criação de uma “Universidade dos Sete”, que constituiu uma das lutas perdidas levada a efeito pela embaixada do Brasil em Portugal e pelo historiador Caio Boschi²⁶, como de resto tem sido pouco frutuosa a formação de uma comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's), que agora assume o nome de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O que verdadeiramente tem sido rico é o contacto disperso, mas ainda assim contínuo, de centros de investigação e universidades de Portugal e do Brasil, com a realização de colóquios, cujas actas têm sido publicadas, nalguns casos em livros ou *on line*. É o caso das relações, na Universidade de Coimbra, entre o Instituto de História e Teoria das Ideias com várias instituições brasileiras no domínio da teoria da História e através de Fernando Catroga, do Instituto de História Económica e Social, do Centro de História da Sociedade e da Cultura e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), com as universidades do Rio Grande do Sul e do Paraná²⁷, mas sobretudo com a Fundação Getúlio Vargas (no Rio de Janeiro), com as Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro, com a Universidade de São Paulo ou a Universidade Federal do Ceará. Temas como “A experiência da I República em Portugal e no Brasil”, como “Tradição e Modernidade”, assim como a problemática referente aos Estados Autoritários e Totalitários, às lutas contra eles e aos problemas da República e da Democracia, têm sido objecto de colóquios conjuntos²⁸, tendo a

²⁶ Caio Boschi, *Universidade dos Sete, Universidade Emergente*, 1994.

²⁷ Dois colóquios se realizaram entre o CEIS20 e a Universidade Federal do Paraná, subitamente interrompidos. No entanto ainda se publicaram as actas do segundo congresso realizado em Coimbra: Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal/Brasil - Uma Visão Interdisciplinar do século XX* (Actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003), CEIS20 / Quarteto, 2003. Deve destacar-se ainda as relações continuadas de Rui Cunha Martins, do IHTI e do CEIS20, com a PUC/RS (de Porto Alegre), no âmbito de um projecto de pesquisa sobre o problema das fronteiras.

²⁸ O CEIS20, através do grupo de pesquisa “Arquivo da Memória e História do Século XX” (agora “História e Memória”), estabeleceu um acordo de investigação com os departamentos de História da USP e da Universidade de Bolonha, que originou já sete colóquios, de que se publicaram as actas de cinco: Matteo Passeti (Coord.) - *Progetti Corporativi tra le Due Guerre Mondiali*. Roma, Carocci, 2006 (I Encontro, Bolonha, 2005), Maria Luiza Tucci Carneiro e Federico Croci (orgs.), *Tempos de Fascismo. Ideologia, intolerância e imaginário*,

Universidade do Estado do Ceará promovido cursos sobre temas de História Contemporânea e estando a tentar abrir-se à história dos países africanos de expressão portuguesa.

A história da Educação tem sido também uma área que tem promovido um intercâmbio persistente, desde o primeiro congresso luso-brasileiro no final dos anos noventa²⁹ e desde a publicação da *Revista Lusófona de Educação*.

No entanto, os estudos luso-brasileiros – apesar de lusitanistas estrangeiros terem promovido publicações luso-brasileiras, como a que se edita na Universidade de Wisconsin (Madison), *Luso-Brazilian Review* – têm sido mais encarados em termos de “história paralela” do que em termos de história interterritorial. Assim, se José Tengarrinha e José Jobson Arruda lançaram no Brasil uma obra de historiografia portuguesa e de historiografia brasileira paralelas e uma *História de Portugal*³⁰, se Heloísa Paulo, Maria Bernardete Ramos e Élio Serpa fizeram algo de idêntico em relação às duas histórias³¹, se a citada Maria Beatriz Nizza da Silva, conjuntamente com Márcia Graf e Cecília M. Westphalen, não deixaram de divulgar uma súmula sobre a história brasileira³², se Armando Malheiro da Silva, Maria Luiza Tucci Carneiro

São Paulo, EDUSP – Arquivo Público do Estado de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010 (II Encontro, 2006), Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo (Coord.) - *Estados Autoritários e totalitários e suas representações*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008 (III Encontro, Coimbra, 2007), Carlos Cordeiro (Coord.) - *Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas*, Coimbra – Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores / Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, 2011 (IV Encontro, Ribeira Grande, 2008), Matteo Pasetti (Coord.) - *Tra due crisi. Urbanizzazione mutamenti social e cultura di massa tra gli anni Secenta e gli anni Settanta*. Bolonha, Quderni di Storicamente -Archetipolibri, 2013 (V Encontro, Bolonha, 2010)

²⁹ 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil. 1500-1970*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1998.

³⁰ *Historiografia Luso-Brasileira*, Bauru, Editora da Universidade Sagrado Coração, 1999, e *História de Portugal*, organizada e apresentada por José Tengarrinha e prefaciada por José Jobson Arruda, São Paulo, Instituto Camões – UNESP – EDUSP, 2001.

³¹ *O Beijo Através do Atlântico. O lugar do Brasil no Panlusitanismo*, Chapecó, Argos, 2001.

³² Márcia Graf, Maria Beatriz Nizza da Silva e Cecília M. Westphalen, *História do Brasil. Colônia - Império - República*, Porto, Universidade Portucalense, 1991.

e Stefano Salmi, coordenaram um livro com duas edições uma em português e outra em italiano, sobre história comparada da República no Brasil, em Portugal e na Itália³³, se António Costa Pinto, Francisco Martinho e Carlos Palomanes escreveram um estudo de síntese comparado do Estado Novo português e do Estado Novo brasileiro, nomeadamente no que diz respeito ao Corporativismo³⁴, o certo é que poucos foram os historiadores que em Portugal e no Brasil entraram directamente em equação com o Brasil independente na sua historiografia e com o velho Estado colonizador em época posterior à sua independência. Apenas como exemplos de excepção (se assim se podem chamar), recordem-se os casos de Heloísa Paulo³⁵, Carmem G. Burgert Schiavon³⁶, Valentim Alexandre³⁷ ou Cláudia Castelo³⁸.

Isso deve-se, por um lado, ao facto de em Portugal não haver tendência para investigar sobre história de outros países (nem mesmo se tem enfrentado com decisão o problema histórico da colonização e da descolonização recentes) e, por outro, pelo lado brasileiro, entre outros motivos, talvez porque haja ainda dificuldade em estudar a história do ex-colonizador, mesmo que essa descolonização se tivesse feito há quase dois séculos.

³³ Armando Malheiro da Silva, Maria Luiza Tucci Carneiro e Stefano Salmi (Coordenadores), *República, republicanismo e republicanos. Brasil, Portugal, Itália*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011. A edição italiana foi já publicada.

³⁴ Francisco Martinho, Carlos Palomanes e António Costa Pinto, *O Corporativismo em Portugal: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

³⁵ *Propaganda e Estado Novo em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994. Ver também “*Aqui também é Portugal*”. *A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000.

³⁶ *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras (1937-1945)*, PUC/Rio Grande do Sul, 2007.

³⁷ *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000.

³⁸ Cláudia Castelo, «*O Modo Português de estar no Mundo*». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998.

A concluir

Se se pode dizer que o século XX marcou a abertura da historiografia portuguesa, o século XXI tenta continuar esta longa e difícil caminhada, apesar da crise que assola a Europa e o mundo, em que a cultura e a ciência foram subalternizadas por visões economicistas e pela afirmação de ciências sociais ilusoriamente rentáveis que têm justificado, nos últimos anos, um circuito mais constante e contínuo entre investigadores brasileiros e portugueses.

Como saber que procura constantemente abandonar a sua pretérita concepção de “história de heróis” ou de “história tribunal”, como ciência mais “dura” que é, no âmbito das ciências sociais e humanas, como conhecimento mais ligado à “realidade” e problematizador da “realidade”, a História não se tem afirmado internacionalmente, nos derradeiros tempos, com a mesma força do que a Economia, a Gestão, a Sociologia, a Politologia, a Ciência da Informação, as Ciências da Comunicação e as Ciências da Educação (não me refiro aqui à história da Educação), ciências que se têm mais colocado ao serviço da globalização, através de ideologias e práticas diversas. Mas, felizmente, começa a perceber-se que sem um conhecimento “documentado” da realidade passada, que também é realidade “presente”, não é possível entender-se o processo histórico que todos reclamam ser importante conhecer, sem de facto o quererem conhecer.

De resto, é evidente que todas as análises do presente e do futuro foram por vezes mistificadas não pelas ciências mas pelas “artes” ditas “produtivas”, porque se puseram ao serviço de interesses inconfessáveis, quando qualquer historiador, nomeadamente um historiador de história económica, percebia o que se estava a passar, pelo que interpretou antecipada e facilmente a crise presente. A questão principal da Europa e do Mundo é não dar maior importância às questões culturais que parecem inúteis, perturbadoras do negócio (*nec-otium*), quando o ócio (*otium*) é um dos bens mais significativos da humanidade.

No caso que estivemos a analisar, numa certa perspectiva de ego-história, pode dizer-se que foi um certo idealismo político e cultural o

causador do complexo de relações entre Portugal e o Brasil, no domínio da História, como no domínio das Artes e das Humanidades em geral, assim como têm sido os interesses “produtivos” um dos motivos do afastamento que se vai verificando. O pragmatismo, dito de “esquerda” ou de “direita”, mas geralmente sem “alma”, não é nunca um elemento ao serviço das relações entre os povos, que passam, sobretudo, por razões culturais, para as quais a História e as Humanidades têm necessariamente de dar um contributo fundamental, conjuntamente com outras ciências, desde que se afastem do oportunismo dos nossos tempos, próprio da sociedade neoliberal, por vezes ligada a uma noção de progresso científico e tecnológico “posicionado”. Há mesmo de ter em conta que uma lógica neo-moderna, apartada de análises de rigor, pode estar afastada de uma ciência que revolucionariamente, através da análise da “realidade”, avança pela linha do idealismo e mesmo da utopia.

Ao terminarmos com esta reflexão, aparentemente despropositada, só desejamos chamar a atenção para a importância das relações historiográficas entre os dois povos, de Portugal e do Brasil, sem as quais outro tipo de relações, de natureza política ou económica, se colocam ao serviço de um sistema capitalista que cada vez mais se impõe no espaço global. Por isso agradeço o convite do João Paulo Avelãs Nunes e congratulo-me de ter aberto com a colega Lúcia Guimarães este colóquio sobre “Historiografia portuguesa e brasileira no século XX”. É sinal de que as Universidades e os centros de investigação dos dois países continuam a desenvolver um trabalho conjunto de verdadeira ligação científica e cultural.